

GET Comercializadora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 31.557.781/0001-43 – NIRE 35.300.548.183

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de julho de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 25 de julho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da **GET Comercializadora de Energia S.A.** (“Companhia” ou “Emissora”), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.055, conjunto 111 e 112, sala 15, Jardim Paulistano, CEP 01.452-001. **2. Convocação e Presença:** a Assembleia realizada independentemente das formalidades de convocação, nos termos do § 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), tendo em vista o comparecimento do acionista detentor da totalidade do capital social da Companhia, conforme o Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** foram escolhidos (i) para presidir os trabalhos o Sr. Rubens Celso Alves Misorelli Filho; e (ii) para secretários o Sr. Guilherme Santos Hanna. **4. Ordem do Dia:** deliberar sobre: (I) a realização da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob o rito de registro automático de distribuição, da Companhia, no montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) (“**Debêntures**” e “**Emissão**”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“**CVM**”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor (“**Resolução CVM 160**”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“**Oferta**”), de acordo com os termos e condições a serem previstos no “**Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da GET Comercializadora de Energia S.A.**”, a ser celebrado entre a Companhia, na qualidade de emissora, a **Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** (inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38), na qualidade de agente fiduciário e representante da comunhão dos Debituristas (“**Debituristas**” e “**Agente Fiduciário**”, respectivamente), e a **Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A.** (inscrita no CNPJ sob o nº 17.858.631/0001-49), na qualidade de fiador (“**Fiador**” e “**Escritura de Emissão**”, respectivamente); (II) a constituição e outorga, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme termo a ser definido na Escritura de Emissão), de cessão fiduciária (I) todos os direitos creditórios, atuais e futuros, de titularidade da Emissora em relação à conta vinculada a ser indicada, mantida junto à **Caixa Econômica Federal**, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04 (“**Banco Depositário**”), no qual será retido o Valor Total da Emissão (conforme definido abaixo), observados as mecânicas de liberação dos recursos líquidos, nos termos a serem previstos Contrato de Administração de Contas (conforme termo a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária) e no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) (“**Conta Vinculada Retenção**”), bem como todos e quaisquer valores depositados e a serem depositados a qualquer tempo, durante o prazo de vigência da Emissão, e/ou mantidos na Conta Vinculada Retenção, incluindo recursos eventualmente em trânsito ou em compensação bancária, bem como todos os direitos, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora e pelo Fiador como resultado dos valores depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada Retenção; (II) da Conta Vinculada Retenção; e (III) todos os bens, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora a qualquer tempo com relação aos Investimentos Permitidos (conforme termo a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária) vinculados à Conta Vinculada Retenção (em conjunto com os direitos creditórios das alíneas “I”, “II” e “III” acima, “**Cessão Fiduciária Emissora**”), incluindo (sem limitações) recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e pretensões a eles relacionados, presentes e futuros, conforme os termos e condições a serem previstos no “**Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Conta Vinculada e Outras Avenças**”, a ser celebrado entre a Companhia, o Fiador e o Agente Fiduciário (“**Contrato de Cessão Fiduciária**”); (III) a celebração, pela Companhia, como parte e/ou interveniente-anuente, nos documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, (a) à Escritura de Emissão; (b) ao “**Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, Sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da GET Comercializadora de Energia S.A.**” (“**Contrato de Distribuição**”), (c) ao Contrato de Cessão Fiduciária, e (d) do Contrato de Administração de Contas e eventuais aditamentos a tais instrumentos, conforme vier a ser aplicável (em conjunto, “**Documentos da Emissão**”); (IV) a outorga, de forma excepcional para esta Emissão, de procuração ao Agente Fiduciário a ser prevista no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, por prazo indeterminado (ainda que o Estatuto Social da Companhia exija um prazo máximo de 12 meses); e (V) a autorização à diretoria da Companhia e/ou procuradores da Companhia para tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à efetivação das matérias previstas nos itens “(i)” a “(iv)” acima, incluindo, mas não se limitando: (a) celebrar todos os Documentos da Emissão e seus eventuais aditamentos, bem como os demais instrumentos acessórios, procurações, atas de assembleias gerais de acionistas e/ou de titulares das Debêntures, livros, anexos, formulários, declarações, notificações e requerimentos relativos à Oferta, à Emissão e/ou à outorga da Cessão Fiduciária Emissora; e (b) contratar instituição financeira integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários para estruturar e intermediar a Oferta (“**Coordenador Líder**”), assim como os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo, mas não se limitando o Agente Fiduciário, o Escriturador e o Banco Liquidante (ambos conforme a serem definidos na Escritura de Emissão), aos assessores jurídicos, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”), e o Banco Depositário, fixando-lhes os respectivos honorários; e (vi) a ratificação dos atos já praticados pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia relacionados às matérias descritas acima. **5. Deliberações:** o senhor acionista, após análise dos assuntos constantes da Ordem do Dia, deliberou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições, o quanto segue: **5.1. Aprovar** a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características principais: (i) **Número da Emissão:** a Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Companhia; (ii) **Número de Séries:** a Emissão será realizada série única; (iii) **Valor Total da Emissão:** o valor total da Emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definida) (“**Valor Total da Emissão**”); (iv) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Oferta serão utilizados para o reembolso referente a compra e/ou aquisição de baterias pela Emissora, no âmbito do Framework (conforme a ser definido na Escritura de Emissão); (v) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição, a ser registrada sob o rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, do artigo 26, inciso X da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, tendo como público alvo exclusivamente Investidores Profissionais; (vi) **Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela indicada na Escritura de Emissão (“**Data de Emissão**”); (vii) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a Primeira Data de Integração (conforme definida abaixo); (viii) **Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador, e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será comprovada pelo extrato expedido pela B3 em nome dos Debituristas; (ix) **Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora; (x) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações; (xi) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (conforme definido abaixo), de resgate da totalidade das Debêntures em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo), Aquisição Facultativa (conforme definido abaixo) com o cancelamento total das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações

decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 72 (setenta e dois) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data a ser indicada na Escritura de Emissão (“**Data de Vencimento**”); (xii) **Valor Nominal Unitário:** o valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (mil reais) (“**Valor Nominal Unitário**”); (xiii) **Quantidade de Debêntures:** serão emitidas 100.000 (cem mil) Debêntures; (xiv) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização (conforme definida abaixo), a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. A “**Primeira Data de Integralização**” será considerada como a data da primeira integralização das Debêntures.; (xv) **Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; (xvi) **Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, “*over extra-grupo*”, expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 (“**Taxa DI**”), acrescida, exponencialmente, de *spread* (sobretaxa) de 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“**Remuneração**”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures em questão, ou na data de pagamento por declaração de vencimento antecipado em decorrência de um evento de vencimento antecipado, na data de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures (conforme definido abaixo), ou na data de resgate em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado Total (conforme definido abaixo). A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; (xvii) **Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, resgate da totalidade das Debêntures em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado Total, Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o pagamento da Remuneração das Debêntures ocorrerá trimestralmente a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido na data a ser indicada na Escritura de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento (cada data, uma “**Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures**”), conforme tabela a ser prevista em um anexo da Escritura de Emissão. Farão jus aos pagamentos das Debêntures aqueles que sejam debituristas ao final do dia útil anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures; (xviii) **Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de Resgate Antecipado Facultativo Total das Debêntures, de resgate da totalidade das Debêntures em decorrência de Oferta de Resgate Antecipado Total, Aquisição Facultativa com cancelamento da totalidade das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será pago trimestralmente, após o período de carência de 15 (quinze) meses a contar da Data de Emissão (“**Período de Carência da Amortização**”), sendo o primeiro pagamento devido na data a ser indicada na Escritura de Emissão e o último pagamento devido na Data de Vencimento, conforme tabela a ser prevista em um anexo da Escritura de Emissão; (ix) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento, utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xx) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Emissora e/ou pelo Fiador de qualquer quantia devida aos Debituristas nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“**Encargos Moratórios**”); (xxi) **Reputação Programada:** as Debêntures não serão objeto de reputação programada; (xxii) **Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures; (xxiii) **Garantias:** com o objetivo de assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações e valores, principais e acessórios, presentes e futuras, devidas pela Emissora e/ou pelo Fiador no âmbito das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, da Remuneração, dos Encargos Moratórios, se houver, bem como a remuneração do Agente Fiduciário, dos demais encargos relativos às Debêntures, a Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento ou em decorrência de resgate antecipado das Debêntures ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, conforme a ser previsto na Escritura de Emissão, conforme aplicável, os custos, as comissões e as despesas devidas pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme aplicável, no âmbito da Escritura de Emissão, incluindo a totalidade das eventuais indenizações, custos, despesas, honorários arbitrados em juízo, e demais despesas e encargos comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debituristas, ou pelos Debituristas, em decorrência de quaisquer processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda dos direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão e/ou dos demais documentos da Oferta (“**Obrigações Garantidas**”), serão outorgadas as seguintes garantias: **(A) Garantia Fidejussória:** O Fiador, presta, em caráter irrevogável e irretratável, a fiança, obrigando-se, solidariamente entre si e com a Emissora, de forma conjunta, sem divisão, limitação ou benefício de ordem, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debituristas, como fiador e codevedor solidário, principal pagador e solidariamente responsável por todas as Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 277, 301, 333, parágrafo único, 364, 365, 366, 368, 821, 824, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei nº 10.406, de 10 janeiro de 2002, conforme alterada (“**Código Civil**”), e dos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (“**Código de Processo Civil**”), assim como pelo pagamento integral das Obrigações Garantidas, nas datas a serem previstas na Escritura de Emissão, independentemente de notificação, judicial ou extrajudicial, ou qualquer outra medida (“**Fiança**”), observado os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; e **(B) Cessão Fiduciária:** (B.1) cessão fiduciária pelo Fiador (B.i) de todos os direitos creditórios, atuais e futuros, provenientes dos seguintes contratos: (I) “**Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 61236**”, celebrado entre o Fiador e a Petróleo Brasileiro S.A. – Petróbrás (inscrita no CNPJ sob o nº 33.000.167/0001-01), em 06 de maio de 2019; (II) “**Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº001/2021**”, celebrado entre o Fiador e a CEJAMA – Cooperativa de Eletrificação Jacinto Machado (inscrita no CNPJ sob o nº 85.665.990/0001-30), em 22 de janeiro de 2021; e (III) “**Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica nº 79776**”, celebrado entre o Fiador e a Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de Tupá (inscrita no CNPJ sob o nº 72.557.805/0001-14), em 14 de maio de 2021, conforme a serem descritos no Contrato de Cessão Fiduciária (“**Direitos Creditórios – Contratos de Energia**”), os quais transitarão na Conta Vinculada Recebíveis (conforme definida abaixo), com trava de domicílio bancário, observado a manutenção pelo Fiador do Índice de Cobertura dos Direitos Creditórios e do Fluxo Mensal Mínimo (conforme termos a serem definidos na Escritura de Emissão); e (B.ii) todos os direitos creditórios, atuais e futuros, de titularidade do Fiador em relação à conta vinculada a ser indicada, mantida junto ao Banco Depositário, na qual transitarão os Direitos

Creditórios – Contratos de Energia e movimentada nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo) e no Contrato de Administração de Contas (“**Conta Vinculada Recebíveis**”), bem como todos e quaisquer valores depositados e a serem depositados a qualquer tempo, durante o prazo de vigência da Emissão, e/ou mantidos na Conta Vinculada Recebíveis, incluindo recursos eventualmente em trânsito ou em compensação bancária, bem como todos os direitos, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pelo Fiador como resultado dos valores depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada Recebíveis; (B.2) cessão fiduciária pela Emissora de todos os direitos creditórios, atuais e futuros, de titularidade da Emissora em relação à Conta Vinculada Retenção (em conjunto com a Conta Vinculada Recebíveis, as “**Contas Vinculadas**”), no qual será retido o Valor Total da Emissão, observados as mecânicas de liberação dos recursos líquidos, nos termos a serem previstos no Contrato de Administração de Contas e no Contrato de Cessão Fiduciária, bem como todos e quaisquer valores depositados e a serem depositados a qualquer tempo, durante o prazo de vigência da Emissão, e/ou mantidos na Conta Vinculada Retenção, incluindo recursos eventualmente em trânsito ou em compensação bancária, bem como todos os direitos, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora e pelo Fiador como resultado dos valores depositados ou a serem depositados na Conta Vinculada Retenção; (B.3) cessão fiduciária das respectivas Contas Vinculadas; e (B.4) cessão fiduciária de todos os bens, atuais e futuros, detidos e a serem detidos pela Emissora e pelo Fiador a qualquer tempo com relação aos Investimentos Permitidos (conforme termo a ser definido no Contrato de Cessão Fiduciária) vinculados às Contas Vinculadas, incluindo (sem limitações) recursos, direitos, rendimentos, acréscimos, privilégios, preferências, prerrogativas, ações e pretensões a eles relacionados, presentes e futuros, a serem previstos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária. (xxiv) **Caracterização como Debêntures Verdes (Green Bonds):** As Debêntures serão classificadas como “Debêntures Verdes” com base no compromisso da Emissora em destinar os recursos a serem captados na Emissão para o Projeto, observando o Guia para Ofertas de Títulos ESG da ANBIMA e os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão; (xxv) **Resgate Antecipado Facultativo:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, desde que (i) esteja adimplente com suas obrigações nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão; e (ii) tenha transcorrido 36 (trinta e seis) meses (inclusive) da Data de Emissão, inclusive, realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“**Resgate Antecipado Facultativo Total**”), observado os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor devido pela Emissora será equivalente: (i) ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido (i) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio *flat* equivalente a tabela a ser prevista na Escritura de Emissão, incidente sobre o somatório dos itens (i), (ii) e (iii) acima; (xxvii) **Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, desde que (i) esteja adimplente com suas obrigações nos termos da Escritura de Emissão; e (ii) tenha transcorrido 36 (trinta e seis) meses (inclusive) da Data de Emissão, inclusive, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (“**Amortização Extraordinária Facultativa**”), observado os demais termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente: (i) à parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas; (ii) da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização das Debêntures, ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa; (iii) de eventuais Encargos Moratórios (se houver); e (iv) de prêmio *flat* equivalente a tabela a ser prevista na Escritura de Emissão, incidente sobre o somatório dos itens (i), (ii) e (iii) acima (“**Valor da Amortização Extraordinária Facultativa**”); (xxviii) **Oferta de Resgate Antecipado Total das Debêntures:** A Companhia poderá a seu exclusivo critério e a qualquer momento, realizar uma oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures (sendo vedada a oferta de resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das Debêntures resgatadas, que será endereçada obrigatoriamente a todos os Debituristas, conforme aplicável, sem distinção, assegurada a igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de que forem titulares, conforme o caso, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão (“**Oferta de Resgate Antecipado Total**”); (xxvix) **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures no mercado secundário, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela CVM, conforme disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas; (ii) permanecer em tesouraria da Companhia; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, se e quando recolocadas no mercado, farão jus a mesma Remuneração das demais Debêntures; (xxvix) **Vencimento Antecipado:** sujeito aos termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência das hipóteses a serem descritas na Escritura de Emissão; (xxvix) **Desmembramento:** não será admitido o desmembramento da Remuneração, do Valor Nominal Unitário Atualizado e/ou dos demais direitos conferidos aos Debituristas, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações; e (xxvix) **Demais Características:** as demais características da Emissão e das Debêntures encontram-se descritas na Escritura de Emissão e nos demais documentos a ela pertinentes. **5.2. Aprovar** a constituição e outorga, pela Companhia, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão), da Cessão Fiduciária; **5.3. Aprovar** a celebração, pela Companhia, como parte e/ou interveniente-anuente, nos demais documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, dos Documentos da Emissão; **5.4. Aprovar** a outorga, de forma excepcional para esta Emissão, de procuração ao Agente Fiduciário a ser prevista no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, por prazo indeterminado (ainda que o Estatuto Social da Companhia exija um prazo máximo de 12 meses); **5.5. Aprovar** a autorização à diretoria da Companhia e/ou procuradores da Companhia para tomar todas as medidas necessárias e/ou convenientes à efetivação das matérias previstas nos itens 5.1 a 5.4 acima, incluindo, mas não se limitando: (a) celebrar todos os Documentos da Emissão e seus eventuais aditamentos, bem como os demais instrumentos acessórios, procurações, atas de assembleias gerais de acionistas e/ou de titulares das Debêntures, livros, anexos, formulários, declarações, notificações e requerimentos relativos à Oferta, à Emissão e/ou à outorga da Cessão Fiduciária Emissora; e (b) contratar o Coordenador Líder, assim como os demais prestadores de serviços necessários para a Emissão e a Oferta, incluindo, mas não se limitando o Agente Fiduciário, o Escriturador e o Banco Liquidante (ambos conforme a serem definidos na Escritura de Emissão), aos assessores jurídicos, a B3, e o Banco Depositário, fixando-lhes os respectivos honorários; e **5.5. Aprovar** ratificação dos atos já praticados pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia relacionados às matérias descritas acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a presente Assembleia, da qual se lavrou a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os acionistas presentes. Assinaturas: Mesa: Rubens Celso Alves Misorelli Filho, Presidente e Guilherme Santos Hanna, Secretário. Acionista presente: Matrix Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (representada por Rubens Celso Alves Misorelli Filho e Guilherme Santos Hanna). **Confere com o original lavrado em livro próprio.** São Paulo/SP, 25 de julho de 2024. Mesa: Rubens Celso Alves Misorelli Filho – **Presidente**; Guilherme Santos Hanna – **Secretário**. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 285.994/24-4 em 31/07/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 07/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**



